

PRONUNCIAMENTO DA SENADORA LÍDICE DA MATA (PSB/BA) NA SESSÃO ORDINÁRIA DO SENADO FEDERAL DE 19 DE MARÇO DE 2014 SOBRE O DIA MUNDIAL DA ÁGUA SOB A ÓTICA DO SEMIÁRIDO

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, Brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos veículos de comunicação desta Casa.

No próximo - sábado 22 de março - comemora-se o Dia Mundial da Água. A data foi instituída pela ONU - Organização das Nações Unidas em 1992 para promover discussões e reflexões sobre a necessidade fundamental de preservar esse recurso natural. Infelizmente, apesar de indispensável à vida, ações predatórias do homem têm contribuído para o desabastecimento, contaminação, poluição e degradação de rios, lagos e represas.

Esta semana foi lançada a 4ª. Edição do Relatório da ONU sobre a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos, intitulado: "A gestão da água em tempos de risco e incerteza". Segundo este documento, "nenhuma região do mundo está livre das pressões sobre os recursos hídricos. Em algumas regiões os cursos de água podem chegar a perder até 80% de seu volume no verão." No nosso país temos escutado nos últimos dias inúmeras notícias sobre possibilidade de colapso no abastecimento de água em algumas metrópoles.

Mas, Senhor Presidente, quero hoje aqui, não apenas registrar a passagem desta data, mas, principalmente, fazer uma reflexão sobre a água, os recursos hídricos e a estreita relação com o semiárido brasileiro.

O semiárido é uma região do nosso País que compreende uma área de mais de 900 mil quilômetros quadrados, totalizando 1.113 municípios que estão situados no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas Gerais.

Segundo dados do IBGE, vivem nesta região 22 milhões de pessoas, o que caracteriza nosso semiárido como o mais populoso e também o mais chuvoso, dentre os diversos espaços semiáridos do mundo.

Porém, as chuvas são irregulares e sua quantidade é menor do que o índice de evaporação, que é de 3.000 mm/ano. Ou seja: a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai e, com isso, temos dois grandes desafios: a necessidade das

famílias se prepararem para a chegada da chuva e a garantia universal da água para toda a população do semiárido.

A disponibilidade e usos da água no semiárido brasileiro continuam a ser uma questão crítica no que concerne ao desenvolvimento regional. É fato que alguns esforços têm sido empreendidos para implantar uma melhor infraestrutura, com capacidade de disponibilização suficiente de água para garantir o abastecimento humano e animal e, até mesmo, viabilizar projetos voltados à produção e geração de renda.

Todavia, esses esforços ainda têm sido insuficientes para resolver os problemas decorrentes da escassez de água, o que tem feito com que as populações continuem vulneráveis à ocorrência de secas, especialmente quando se trata do uso difuso da água no meio rural. De qualquer modo, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura hídrica, com uma gestão adequada, constituem requisitos essenciais para a solução do problema, servindo como elemento básico para minimizar o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento.

Durante anos, a solução encontrada foi incentivar as práticas de armazenamento de água de rios e riachos em açudes, apoiar a implantação de grandes barragens e a perfuração de poços para captação de água do lençol freático, período este conhecido como “fase hidráulica do combate à seca”. Estes equipamentos são de grande importância para o semiárido, mas ainda não houve, apesar dos esforços, capacidade política para que o problema seja concretamente resolvido, inclusive hoje existem vários estudos que questionam a concentração de água em grandes barragens.

No meu Estado, a Bahia, temos a Barragem do Açude Cocorobó que possui capacidade de acumulação de um volume de 245.375.950m³ de água. Com esta vazão teríamos um potencial de irrigar até 10 mil hectares e abastecer 22 municípios da região. Porém como não dispõe de infraestrutura adequada atualmente é irrigado apenas 2 mil hectares e abastece apenas a zona rural do município de Canudos.

Nos últimos anos, alguns programas voltados ao acesso à água no semiárido, e que são executados pelos governos federal e estaduais e também por organizações da sociedade civil, têm buscado incorporar o discurso da sustentabilidade do desenvolvimento e da necessidade de uma convivência com o meio ambiente como um dos seus referenciais.

Assim, Senhor Presidente, quero chamar a atenção desta Casa para fazermos uma reflexão sobre estes conceitos: o da convivência com o semiárido e o da sustentabilidade dos recursos hídricos. Hoje, não temos mais espaço para implementação de projetos e programas que não estejam em sintonia com estes referenciais.

Assim quero, desta tribuna, defender a necessidade de se dar uma atenção prioritária ao semiárido brasileiro diante das fragilidades hídricas desta região, a partir da visão de sustentabilidade, com foco no estímulo à conscientização diante da gestão, do acesso e da distribuição da água enquanto recurso cada vez mais escasso no Planeta.

Também é essencial ressaltar a importância da colaboração para o gerenciamento e manejo dos recursos hídricos de nosso País, em especial do Nordeste brasileiro.

O momento agora é de iniciativas voltadas ao desenvolvimento do semiárido, que contemplem o manejo sustentável dos mananciais, a valorização da captação, do armazenamento e da gestão das águas das chuvas para o uso em produção apropriada.

Este processo deve ser feito com o reconhecimento das múltiplas necessidades de abastecimento hídrico da população sertaneja, tais como:

- a captação e distribuição de água para o consumo humano;
- a construção de pequenas barragens e outros equipamentos voltados ao uso familiar e comunitário;
- o uso de águas úmidas para a produção de alimentos, voltados para a segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades;
- a produção de mudas para a recuperação de matas ciliares;
- a formação para o manejo e gestão de recursos hídricos, diminuindo ao máximo o desperdício e a poluição, e também para o manejo do solo, evitando o assoreamento.

Além destas tecnologias hídricas voltadas ao abastecimento de água da população, não podemos esquecer da necessidade de se encontrar também alternativas para o uso da água, visando à produção sustentável de alimentos, onde seja combinada a

captação da água das chuvas com a melhoria das áreas de produção agrícola e o fortalecimento das atividades de criação de pequenos animais.

Neste sentido, Senhor Presidente, tenho defendido nesta Casa a necessidade urgente de uma ação conjunta dos diversos órgãos de pesquisa que trabalham com foco no semiárido, entre eles a Embrapa Semiárido, a Codevasf, o Instituto Nacional do Semiárido – Insa, para uma melhor e maior disseminação aos pequenos produtores das diversas soluções tecnológicas voltadas para a produção no semiárido, desenvolvidas por estas entidades.

Outro aspecto de grande importante está relacionado à necessidade da gestão participativa dos recursos hídricos, que irá contribuir com a diminuição do desperdício, o controle da poluição das diversas fontes de água existentes e promover seu uso sustentável.

Ter reservatórios para captar e armazenar água são fundamentais para garantir segurança hídrica no período de estiagem, a exemplo das cisternas domésticas, cisternas-calçadão, cisternas escolares, barragens subterrâneas e outras tecnologias sociais.

Com isso, Senhor Presidente, defendo a necessidade de se conceber, para os recursos hídricos do semiárido, modelos alternativos de desenvolvimento, dotados de sustentabilidade, e que contribuam para o resgate de seus significados e finalidades de acordo com a realidade da região, afinal a água é imprescindível à vida e deve ser acessível a todos.

Lídice da Mata

Senadora (PBS-BA)